

“NÃO SE DEVE DAR O PEIXE, DEVE-SE ENSINAR A PESCAR”: as vias de acesso ao mundo do trabalho sob a ótica dos profissionais do ACESSUAS TRABALHO do município de Sobral-Ceará

“SHOULD NOT BE GIVEN THE FISH, MUST TEACH TO FISH”: the access roads to the labor market from the perspective of WORK ACESSUAS professionals do Sobral, Ceará municipality

Maria Isabel Silva Bezerra Linhares*

Francisco Carlos Justino de Orlanda**

Resumo: Este artigo teve como objetivo analisar as ações do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS TRABALHO) sob a ótica dos profissionais da rede socioassistencial do Município de Sobral (CE), a partir de suas experiências. Para tanto, apresenta os resultados de uma pesquisa exploratória de natureza analítica, realizada junto a dez profissionais da referida rede, por meio da aplicação de questionários e realização de grupo focal. Corroborando os dados empíricos apresenta reflexões teóricas tomando de empréstimo ideias de autores como Araújo e Lima (2014), Colombo (2009), Lima (2010), entre outros, além da utilização de pesquisa documental. Resultados apontaram satisfatória ação de implementação dos objetivos do programa, entraves na articulação e planejamento das ações, necessidade de outras ações para inclusão de usuários com baixa escolaridade e a ampliação das ações da Agência de Inclusão Produtiva como espaço físico de referência para encaminhamento dos usuários qualificados ao mundo do trabalho.

Palavras-Chaves: Acessuas Trabalho. Inclusão Produtiva. Mundo do Trabalho.

Abstract: This article aims to analyze the actions of the National Program for the Promotion of Access to the World of Work (ACESSUAS JOB) from the perspective of social assistance network professionals in the city of Sobral (CE), from their experiences. It presents the results of an exploratory research of analytical nature, conducted with ten professionals of the network, through the use of questionnaires and conducting focus group. Corroborating empirical evidence presents theoretical reflections borrowing ideas from authors such as Araujo and Lima (2014), Colombo

* Assistente Social. Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Adjunta da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Bolsista pela CAPES desde 2011. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Culturas Juvenis (GEPECJU) e coordenadora da linha Juventude, Trabalho e Políticas Públicas. E-mail: isabelblinhares@yahoo.com.br.

** Pedagogo, Especialista em Gestão de Organizações Sociais pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Culturas Juvenis (GEPECJU). E-mail: karlosjustino@hotmail.com.

(2009), Lima (2010), among others, and the use of documentary research. Results showed satisfactory action of implementation of the program objectives, barriers in coordination and planning of actions, the need for other actions to include users with low education and further actions of the Productive Inclusion Agency as physical reference space for referral of qualified users the world of work.

Key Words: Acessuas work. Productive Inclusion. World of Work.

Recebido em: 22/01/2015. Aceito em 30/09/2015

Introdução

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC) enquanto estratégia de gestão do governo brasileiro de enfrentamento à extrema pobreza surgiu com a finalidade de enfrentar o chamado “apagão de mão de obra” brasileiro, diante de um quadro assustador de desemprego estrutural, em cujos registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou-se um número de 16,2 milhões de brasileiros com o perfil de extrema pobreza, conforme dados de 2010.

A implementação do referido programa se justificou, principalmente, pelo argumento acima citado, e teve como principais objetivos: expandir, interiorizar, diversificar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; ampliar e diversificar as oportunidades educacionais para os trabalhadores, incrementando a qualificação profissional por intermédio da oferta de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; contribuir para a erradicação da pobreza por intermédio da oferta de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional. Em decorrência desses propósitos surgiram alguns programas fortemente vinculados à qualificação profissional dos beneficiários da Política de Assistência Social.

Assim, em junho de 2011, foi lançado o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), com a finalidade de erradicar a extrema pobreza das famílias que ganham até R\$ 77,00 (setenta e sete reais) criando oportunidades para elevar a renda dos segmentos mais vulneráveis da sociedade. Para viabilizar essas ações, o Plano BSM está organizado em três eixos: Garantia de Renda, Acesso a Serviços Públicos e Inclusão Produtiva.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) o objetivo das ações de inclusão produtiva dentro do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) é fortalecer as potencialidades e capacidades dos indivíduos e famílias, propiciando uma melhor inserção no mundo do trabalho e o aumento da renda, estimulando à geração de ocupação e renda. Respalado nos princípios do empreendedorismo e da economia solidária, a oferta de cursos de qualificação profissional e intermediação de mão de obra tem como finalidade atender às demandas nas áreas públicas e privadas voltadas, em especial, ao público prioritário da Assistência Social.

Assim, diante do direcionamento de uma política focalizada na inclusão produtiva, o indivíduo em situação de pobreza, é encaminhado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)¹, que vem se materializando através da oferta de cursos de qualificação profissional com duração mínima de 160 horas para pessoas entre 16 a 59 anos, prioritariamente para aqueles que estejam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais².

Desse modo, a inclusão produtiva está atrelada a Política de Assistência Social através

¹ O PRONATEC é coordenado pelo Ministério da Educação (MEC) foi criado pela Lei nº12. 513/2011, essa parceria prevê a oferta gratuita de qualificação profissional para pessoas inscritas no CadÚnico, na modalidade intitulada Bolsa-Formação Trabalhador, sob a forma de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Essa oferta de cursos chama-se Pronatec Brasil Sem Miséria (PRONATEC/BSM).

² O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. A partir daí, o poder público pode formular e implementar políticas específicas, que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas.

do Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS TRABALHO)³, com período de vigência de 2012 até 2014. O Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal se apresenta como uma das principais estratégias para melhorar a inserção dos usuários da assistência social no mundo do trabalho. Esse programa é responsável pela mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários em situação de vulnerabilidade ou risco social, para acesso aos cursos de qualificação profissional e demais ações de inclusão produtiva, visando à inserção dessa parcela da população ao mundo do trabalho.

Em Sobral (CE), esses dois programas: PRONATEC/BSM e o ACESSUAS TRABALHO são vinculados à Secretaria do Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza (SEDS). Neste artigo, optamos por estudar o Programa ACESSUAS/TRABALHO que foi implantado neste município em agosto de 2012, cujo foco de nossa análise incidiu sobre o eixo da Inclusão Produtiva para melhor compreensão desse programa.

A escolha desta temática se deu por conta do engajamento dos autores, na experiência em pauta, desenvolvida no decorrer de oito anos de atuação nos serviços e projetos na área da Assistência Social. Além disso, estudos e pesquisas foram desenvolvidos por esses mesmos pesquisadores acerca do mundo do trabalho, juventude e políticas públicas, através da sua participação enquanto membros do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Culturas Juvenis (GEPECJU).

Neste artigo empreendemos uma análise das ações do ACESSUAS TRABALHO sob a ótica dos profissionais da rede socioassistencial do Município de Sobral/CE, a partir de suas experiências, averiguando o modo como está sendo implantado este programa e como descrevem e analisam suas ações. Assim, organizamos os objetivos específicos: Conhecer a percepção que os profissionais da rede socioassistencial têm sobre o trabalho desenvolvido pela equipe

ACESSUAS/TRABALHO; Identificar como se realiza a articulação, mobilização, acompanhamento e planejamento das atividades do Programa junto aos equipamentos da rede socioassistencial; identificar o impacto das ações do Programa ACESSUAS TRABALHO em seu território de abrangência.

Para nortear as análises tomamos como questão de partida: Como os profissionais da assistência social percebem as ações do Programa ACESSUAS TRABALHO no território de suas atuações?

O desenvolvimento deste trabalho também assume relevância social dado à inexistência de estudos sistematizados sobre a implantação deste Programa na Política de Assistência Social no Município de Sobral. Dentre as contribuições esperadas, pretende-se, no âmbito municipal, apresentar e discutir os resultados com os trabalhadores e gestores da política de assistência social, a fim de que conheçam as dificuldades constatadas e as possibilidades existentes, que poderão ser utilizadas como subsídios na tomada de decisões para a avaliação de desempenho do Programa a nível municipal, e por contribuir com outras pesquisas sobre políticas públicas de inclusão no mercado de trabalho.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, “[...] por reconhecer e legitimar o lugar do pesquisador como parte integrante do processo de conhecimento” (CHIZZOTTI, 2001, p. 79). O nível de pesquisa pode ser definido como exploratório analítico, a fim de descrever sobre um fenômeno ainda pouco conhecido, como é o caso da implementação do Programa ACESSUAS TRABALHO em Sobral, identificando suas características e analisando seus resultados.

Quanto às formas de coleta de dados, estes foram obtidos a partir de pesquisa bibliográfica, documental, aplicação de questionários e realização de Grupo Focal. No tocante à fonte bibliográfica destacamos as contribuições de autores como Araújo e Lima (2014), Colombo (2009), Lima (2010), Oliveira (2007), entre outros, além da utilização de pesquisa documental cujas informações foram localizadas na legislação referente ao tema (Leis, Decretos e Portarias), e o acervo documental produzido pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), além de outros dados fornecidos pela equipe do ACESSUAS TRABALHO local.

³ O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUASTRABALHO) foi estabelecido pela Resolução Nº 18, de 24 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é o responsável por executar suas atribuições relativas ao PRONATEC/BSM e a outras ações de inclusão produtiva nos municípios.

O Grupo Focal foi escolhido devido ser “[...] uma técnica de pesquisa adotada na coleta de dados, por meio de interações grupais em torno da discussão de um tema específico sugerido pelo pesquisador” (GONDIN, 2003, p.4).

A organização estrutural deste artigo está constituída da seguinte forma: uma introdução favorecendo a visualização geral do artigo, apresentação da temática, com ênfase no atual modelo político dos programas vinculados à qualificação profissional dos beneficiários da Política de Assistência Social; na segunda seção, empreendemos uma breve reflexão sobre a Política Nacional de Formação Profissional no Brasil, destacando a expectativa sobre a consolidação de um “sistema público de emprego”. Na subseção dois, destacamos a implementação do ACESSUAS TRABALHO na cidade de Sobral-Ceará, dando ênfase à política de qualificação profissional do usuário da Política Municipal de Assistência Social e as vias de acesso de entrada daqueles no mercado de trabalho; na terceira seção, discutimos e analisamos os resultados da pesquisa junto aos profissionais que atuam na rede socioassistencial de Sobral, destacando a importância da criação da Agência de Inclusão Produtiva como espaço físico e de referência para encaminhamento dos usuários qualificados ao mundo do trabalho; por último, tecemos as considerações finais.

Formação Profissional no Brasil e a Política Nacional de Qualificação Profissional

A partir da regulamentação do Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT), em 1990, o Ministério do Trabalho retomou a iniciativa no campo da política pública de qualificação profissional. Em 1993, tiveram início ações voltadas à qualificação profissional dos beneficiários do seguro-desemprego e funcionários do Sistema Nacional de Empregos (SINE). Mas, foi só em 1995 que o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PLANFOR) foi instituído.

A partir de então em cada unidade da federação brasileira, a configuração atual da política pública nacional de qualificação profissional, através do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) tem linhas programáticas que mantêm as políticas estaduais de qualificação (PLANTEQ), via convênios entre o Ministério do Trabalho e

Emprego (MTE) e os governos estaduais (secretarias de trabalho), e ampliam a participação de governos municipais. Ademais, é promovida a expansão de unidades de educação técnica profissional (UEPs) e criado, em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), do Ministério da Educação, cujo programa utiliza-se da ampla Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, fazendo parcerias com unidades do Sistema S⁴ – busca expandir a oferta de educação profissional e tecnológica, de forma articulada com a elevação da escolaridade do trabalhador.

A exemplo de outros programas de qualificação profissional, esse também contempla, prioritariamente, a dimensão social de inclusão de segmentos menos favorecidos da população. De modo similar ao que ocorre no sistema PLANFOR-PNQ, a vertente social do PRONATEC, com prioridade para famílias inscritas no Cadastro Único, tende a ampliar a importância de cursos de menor carga horária, dirigidos a segmentos sociais, prevendo melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho e repousam em ocupações no setor informal da economia (diversas atividades de trabalho por conta própria, o qual se trata de algo bem diferente de formação profissional *estrito senso*, envolvendo cursos técnicos (carga horária mínima de 1.200 horas) dirigidos a pessoas com escolaridade mínima - o ensino médio.

Araújo & Lima (2014) ao empreenderem uma análise sobre a Política Nacional de Formação Profissional no Brasil entendem que a expectativa sobre a consolidação de um “sistema público de emprego” se fundava em um

⁴ O “Sistema S” é formado por organizações e instituições todas referentes ao setor produtivo, tais como indústrias, comércio, agricultura, transporte e cooperativas, com o objetivo de melhorar e promover o bem estar de seus funcionários, bem como disponibilizar a educação profissional. As instituições do “Sistema S” não são públicas, mas recebem subsídios do governo. São componentes dessas organizações: o Serviço Nacional de Aprendizagem na Indústria (SENAI), o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Comércio (SESC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes (SENAT), o Serviço Social de Transportes (SEST), o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem de Cooperativismo (SESCOOP). Disponível em: <http://www.luis.blog.br/o-que-e-o-sistema-s-formado-pelo-senai-senac-sesi-entre-outros.aspx>. Acesso em maio 2014.

diagnóstico pelo qual se atribuía ao mercado de trabalho a origem básica do aumento dos níveis de desemprego, o que redundava em se privilegiar, em termos analíticos, o lado da oferta de trabalho (insuficiente qualificação da força de trabalho face às transformações tecnológicas e organizacionais das empresas).

Por outro lado, um novo patamar de elevação da taxa de desemprego – particularmente a partir da segunda metade dos anos 1990 – contribuiu para agravar um quadro em que se combinavam alto nível de desocupação (com aumento da importância do setor informal), inflação alta, baixo crescimento da economia. Desemprego e “precarização” das relações de trabalho eram termos-chave em boa parte da literatura econômica da época.

Foi, portanto, em um ambiente de “déficit social”, que se iniciou no Brasil, no ano de 1995, a rota de consolidação de um sistema público de emprego, tinha como carro-chefe um ambicioso programa de qualificação de mão de obra, visando reduzir a “exclusão social”, aumentando os níveis de produtividade e, na prática, representar uma espécie de “redenção do desemprego”, visto ser propagada a idéia do pleno emprego e oportunidade para todos.

Nesse sentido, a Política de Formação Profissional no Brasil e em particular em Sobral (CE), apresenta os seguintes desdobramentos, os quais serão aqui apresentados. Primeiro, tecemos algumas considerações sobre de que forma o governo vem qualificando o público da assistência social e como é realizada a intermediação deste usuário a outras políticas de emprego e renda. Em seguida, descrevemos como vem se configurando essa política no Município de Sobral.

A qualificação profissional do usuário da Política de Assistência Social

Na pauta das políticas emancipatórias cresce o discurso de que “não se deve dar o peixe, mas sim, ensinar a pescar”, a Política de Assistência Social coloca a qualificação profissional como estratégia de inclusão produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade, o que vem se tornando objeto de análise de pesquisadores, dentre esses, Albuquerque (2013), Colombo (2009), Lima, (2010), Souza (2013), dentre outros.

No ano de 2011 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) lançou o Programa Brasil Sem Miséria (BSM), na qual o termo inclusão produtiva passou a ser consagrado como um dos eixos deste plano.

Esse eixo tem como objetivo propiciar o acesso da população em extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda e apresenta estratégias diferenciadas para o meio urbano e o rural. O estímulo ao aumento da produção no campo e a geração de ocupação e de renda na cidade. (BRASIL, 2012, p. 1).

Com o advento da inclusão produtiva, seja na área rural ou urbana, o Governo Federal do Brasil inicia, de forma mais frequente, ações estratégicas para viabilizar populações extremamente pobres serem inseridas nas “oportunidades” que o País oferece, sendo o Plano Brasil Sem Miséria a referência para ações que estimulem a geração de ocupações e renda para indivíduos ou grupos, visando sua autonomia e emancipação.

Portanto, foi a partir da implementação deste Plano que os usuários da assistência social passaram a ser público prioritário de programas de qualificação profissional, como o PRONATEC/BSM, criado também em 2011, responsável em expandir a oferta de vagas públicas em diferentes modalidades de cursos de formação e qualificação profissional voltado a atender as demandas produzidas pelo crescimento econômico e refletidas no mercado de trabalho.

Conforme consta na cartilha do PRONATEC/BSM,

O público beneficiário do PRONATEC/BSM é composto por todas as pessoas inscritas ou em processo de inscrição no CadÚnico, com idade a partir de 16 anos. Entre esses, têm prioridade os cadastrados em situação de pobreza (com renda familiar per capita de até R\$140) e os beneficiários de programas federais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Assim, o PRONATEC/BSM dedica atenção especial aos grupos mais expostos aos riscos da pobreza, como as pessoas com deficiência, jovens, mulheres, negros, população em situação de rua, catadores de material reciclável, índios e comunidades tradicionais. (BRASIL, 2013 p.06).

Nas suas análises Souza (2013) entende que a inclusão produtiva passa a ser pensada como “porta de saída”, e a emancipação como “independência dos programas e benefícios” realizados pelo Estado, ou seja,

A inclusão produtiva promove ações que possibilitem a inserção de indivíduos no mercado de trabalho, contribuindo para o processo de emancipação social dos indivíduos, diminuindo a dependência de programas e benefícios dos governos federal, estadual e municipal, gerando trabalho e renda, potencializando a arte e o saber-fazer local (SOUZA, 2013, p 36).

Sousa (2013) reflete sobre a implementação deste programa de qualificação para o público da Assistência Social, como uma proposta, que reforçaria a ideia de que seriam resolvidos os problemas do mercado de trabalho no Brasil, como a falta de mão de obra qualificada. Entende o autor que o aproveitamento das oportunidades esbarra na falta de preparo dos usuários e os próprios trabalhadores devem acompanhar as transformações do mundo do trabalho, pois somente assim, estarão aptos a atender as diferentes frentes do mercado de trabalho.

Pela experiência em curso na realidade sobralense, nota-se que, ao se garantir temporariamente uma renda e uma capacitação em atividades comunitárias, busca-se valorizar o protagonismo, o pertencimento e o empoderamento social dos segmentos pauperizados da população. Ou seja, prevalece a ideia de que, uma vez ingressado nos programas redistributivos, todo beneficiário acessa simultaneamente um outro nível, qual seja, o da estratégia de inclusão social, cujo objetivo é alcançar a emancipação social, política e econômica articulada e integrada com a educação e a formação da cidadania. Dentro da estratégia de inclusão social também existem portas de saídas comprometidas com as possibilidades de emancipação social, política e econômica da população excluída.

Na tentativa de relativizar a compreensão da emancipação social, vale buscar o entendimento acerca da relação educação e qualificação profissional do trabalhador, partindo da compreensão daquele como eixo estruturador dos conhecimentos científicos e tecnológicos e como instrumentos para o conhecimento dos proces-

so produtivos e sociais. As relações ciência e trabalho, educação e trabalho não se associam apenas para o domínio científico e tecnológico do processo produtivo, mas para a constituição de uma cultura para a classe trabalhadora que lhe possibilite o controle político da sociedade.

As contradições apontadas sobre a relação entre escolaridade e formas de inserção no mundo do trabalho (e do desemprego) possibilitam, em primeiro lugar, reafirmar que qualificação para o trabalho é uma relação social (de classe, de gênero, de etnia, geracional), muito além da escolaridade ou da formação profissional, que se estabelece nos processos produtivos, no interior de uma sociedade regida pelo valor de troca e fortemente marcada por valores culturais que possibilitam a formação de preconceitos e desigualdades.

Isso quer dizer que os conhecimentos adquiridos pelo trabalhador através de diferentes processos e instituições sociais – família, escola, empresa, etc. – somados às suas habilidades, também adquiridas socialmente e acrescidas de suas características pessoais, de sua subjetividade, de sua visão de mundo, constituem um conjunto de saberes e habilidades que significa, para ele, trabalhador, valor de uso, que só se transforma em valor de troca em um determinado momento histórico se reconhecido pelo capital como sendo relevante para o processo produtivo. O reconhecimento do grau de qualificação do trabalhador pelas empresas se dá através de sua particular inclusão em diferentes níveis hierárquicos e salariais, em diferentes formas de relações empregatícias como trabalho assalariado (com ou sem registro), trabalho terceirizado, contratos temporários, trabalho sem remuneração.

A qualificação assim compreendida expressa relações de poder no interior dos processos produtivos e na sociedade; implica também o reconhecimento que escolaridade e formação profissional são condições necessárias, mas insuficientes, para o desenvolvimento social. Isso porque se sabe que somente políticas e ações concretas, que possibilitem real desenvolvimento social e econômico (distribuição de renda, reforma agrária, reforma do sistema de saúde e educacional), podem estar superando desigualdades e construindo condições sociais que redundam em cidadania. E só encontra sentido social no interior

de um projeto de desenvolvimento econômico que possibilite direitos sociais, entre eles, o trabalho.

Nesse contexto, educação torna-se fundamental como um fim em si mesmo, como condição *sine qua non* para a cidadania crítica; vinculá-la ao trabalho sem mediações tem sido relevante para culpar as vítimas (desempregados escolarizados) ou legitimar ações políticas que possibilitam a “ilusão de desenvolvimento”.

No atual contexto brasileiro, a educação ofertada, embora seja dito que é seu objetivo qualificar o cidadão para o exercício da cidadania e do trabalho, não há como comprovar isso. Contudo, nesse contexto o PRONATEC/BSM resulta de um processo de valorização crescente da educação profissional, sendo atualmente considerado uma das prioridades do Governo Federal. De acordo com o Ministério da Educação (MEC) a meta do PRONATEC seria atingir aproximadamente oito milhões de matrículas até o final de 2014 (BRASIL, 2013).

Segundo as Resoluções: CNAS nº 33/2011, o termo “mundo do trabalho” é adotado em substituição a “mercado de trabalho” e nº 18/2012 é instituído o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS TRABALHO.

Este programa compete à assistência social a mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários em situação de vulnerabilidade e risco social, para acesso a cursos de capacitação, bem como a formação profissional e demais ações de inclusão produtiva, viabilizando a promoção do protagonismo, a participação cidadã e a mediação do acesso ao mundo do trabalho. Entre os possíveis impactos resultantes do alcance desse trabalho estão: a inclusão produtiva dos beneficiários, aumentando suas rendas e os níveis de escolarização.

Em Sobral-Ceará, esse programa assume configurações específicas, o que resultou, inclusive, na estruturação de uma Agência de Inclusão Produtiva, cujas ações implementadas tomam por base a ideia difundida no meio popular, que “se deve ensinar a pescar”. Na experiência dessa cidade podemos constatar em alguns setores, a presença da aprendizagem voltada para a ideia defendida nessa realidade e incorporada nas suas práticas sociais, como podemos verificar nos tópicos a seguir.

A realidade de Sobral (CE)

De acordo com o censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população total de Sobral é de 197.663 pessoas. A população de baixa renda em números segundo a Secretaria de Assessoria a Gestão da Informação – SAGI do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS via Relatório de Informações – RI, acessado em 12 de setembro de 2014, aponta um total de 33.924 famílias inscritas no Cadastro Único das políticas sociais até julho de 2014.

A base de dados do Cadastro Único também aponta que deste total, 13.463 famílias têm renda per capita de até R\$ 77,00 definidas, portanto como extremamente pobres outras 21.149 famílias tem renda per capita de até 154,00 definidas como pobres, logo estes dois grupos de famílias tem direito de acessar o Programa de transferência de renda, Bolsa Família - PBF. Ocorrem ainda 31.134 famílias com renda *per capita* de até meio salário-mínimo as quais também compõe o universo de programas sociais como Minha Casa Minha Vida, PRONATEC, Tarifa social da energia elétrica e da telefonia fixa.

Das 33.924 famílias registradas no CadÚnico, o PRONATEC/BSM em Sobral conseguiu atender, de janeiro de 2013 a setembro de 2014, 4.772 pessoas, representando um percentual de apenas 14,06% do total de registrados no CadÚnico.

A Assistência Social no Município de Sobral é operacionalizada pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza (SEDS), apresentando os seguintes equipamentos existentes na secretaria no ano de 2014.

Quadro 01 - Equipamentos existentes na Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza (SEDS) em 2014

		Equipamentos da rede socioassistencial existentes
Secretaria		01 (uma) unidade de Sede Administrativa, na qual funcionam todas as coordenadorias. 01 (uma) Casa dos Conselhos de Controle Social
Coordenadoria de Assistência Social	Núcleo da Proteção Social Básica	06 (seis) unidades de CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), estando estes situados em territórios vulneráveis ficando 04 (quatro) na sede e 02 (dois) nos distritos - Aracatiaçu e Jaibaras.
	Núcleo de Proteção Social Especial de Média Complexidade	01 (uma) unidade de CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social), 01 (uma) unidade de Centro Pop para pessoas em situação de Rua
	Núcleo da Proteção Social Especial de Alta Complexidade	02 (duas) unidades de Acolhimento para crianças e adolescentes, 01(uma) unidade de Acolhimento para pessoa adulta, 02 (duas) unidades de Acolhimento para Idosos,
	Núcleo de Benefícios Assistenciais	01 (uma) Unidade do Cadastro Único para Programas Sociais – Casa do Cidadão
Coordenadoria de Promoção para o Trabalho e Renda		01 (uma) unidade de Agencia de Inclusão Produtiva, 01(uma) unidade de Casa de Economia Solidária
Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional		01 (uma) unidade de Restaurante Popular

Fonte: Quadro criado pelos pesquisadores conforme fonte de dados da secretaria em 2014.

A população do Município de Sobral (CE) é atendida de acordo com as áreas de abrangências de 06 (seis) CRAS, a saber: CRAS Mimi Marinho⁵, CRAS Irmã Oswalda⁶, CRAS Regina Justa⁷, CRAS Dom José⁸, CRAS Aracatiaçu⁹ e CRAS Jaibaras¹⁰.

⁵ **Território de Abrangência:** Cidade Gerardo Cristino de Menezes, COHAB I, COHAB II, Distrito Industrial, Dom Expedito, Jatobá, Santa casa, Sinhá Saboia e Tamarindo;

⁶ **Território de Abrangência:** Alto da Expectativa, Betânia, Campo dos Velhos, Centro, Colina da Boa Vista, Coração de Jesus, Derby Club, Dr. Juvêncio de Andrade, Jerônimo de Medeiros Prado, Nações, Novo Recanto, Parque Silvana, Pedrinhas, Várzea Grande;

⁷ **Território de Abrangência:** Boqueirão, Cachoeiro, Cidade Dr. José Euclides, Cidade Pedro Mendes Carneiro, Domingos Olímpio, Junco, Mucambinho, Nossa Senhora de Fátima, Renato Parente e Vila União.

⁸ **Território de Abrangência:** Alto do Cristo, Dom José, Edmundo Monte Coelho, Jardim, Juazeiro, Pe. Ibiapina, Pe. Palhano e Sumaré;

⁹ **Território de Abrangência:** Aracatiaçu, Taparuaba, Bilheira, Patriarca, Salgado dos Machados, Patos, Caracará e Torto.

¹⁰ **Território de Abrangência:** Alto Alegre, Aprazível, Baracho, Bonfim, Jaibaras, Jordão, Rafael Arruda e São José do Torto.

Uma das primeiras iniciativas com foco na qualificação dos usuários da assistencial social no Município de Sobral foi com o Programa Sobral Solidário, lançado em junho de 2012 e que corresponde a uma versão municipal do grande Plano Brasil Sem Miséria. No entanto, entre 1997 a 2013, as famílias eram beneficiadas com programas e projetos de geração de renda, conforme necessidade adotada pela gestão, que selecionou os mais relevantes, tais como: Projeto Estação Família, Primeiro Passo Aprendiz, Primeiro Passo Bolsista, Cursos de qualificação de pouca duração.

Dessa maneira, a partir de 2013 a gestão municipal instituiu uma secretaria com foco na extrema pobreza, denominada Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Extrema Pobreza (SEDS), visto que antes era Fundação de Ação Social¹¹.

¹¹ **Fundação de Ação Social:** Órgão integrante da administração municipal, vinculada à Secretaria de Saúde e Assistência Social, criada pela Lei nº 110/97 de 13 de Março de 1997, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, era responsável por implementar a política de assistência social, bem como apoiar a participação das comunidades e organizações populares no processo de co-gestão.

A SEDS apresenta em seu organograma a Coordenação da Promoção do Trabalho e Renda que tem a missão de promover e viabilizar juntamente com os demais equipamentos da Assistência Social, o protagonismo, a participação cidadã e a intermediação do acesso ao mundo do trabalho formal e informal. Portanto, é esta coordenação a responsável por gerir todos os programas e projetos que foquem a qualificação profissional e a inclusão produtiva dos usuários da assistência no município. Desta forma, esta vem acompanhando os seguintes programas/projetos em 2014: ACESSUAS TRABALHO, Projeto Gente Solidária¹², Projeto Tô na Área¹³ e Lanchonete Escola.

Em agosto de 2012, o Município de Sobral foi contemplado com uma equipe do Programa ACESSUAS TRABALHO, ficando responsável pela articulação dos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). A mobilização para a inclusão de alunos nos cursos é feita juntamente com os seis Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, cada unidade conta com a presença de um Agente de Inclusão, profissional de nível médio, que fica responsável por realização das ações do Programa ACESSUAS TRABALHO nos territórios. Muitos dos cursos acontecem fora das instituições ofertantes (SENAC, SENAI, SENAT) para acontecerem diretamente dentro dos territórios atendidos pelos CRAS, na sede destes ou em Associações Comunitárias.

O Programa ACESSUAS TRABALHO realiza os Cursos do PRONATEC/BSM através de dez etapas: 1) *Habilitação*, a adesão ao PRONATEC/BSM é feita exclusivamente por meio do preenchimento de formulário eletrônico na Internet; 2) *Negociação dos Cursos*, nesta fase, o programa realiza a pactuação de cursos as ofertantes: os Serviços Nacionais de Aprendizagem Profissional (SENAI, SENAC,

SENAT) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE) somente poderão ser negociados cursos que estão relacionados no Guia PRONATEC de Cursos FIC¹⁴, os cursos negociados levam em consideração à vocação econômica local, sendo o MEC que estabelece a quantidade de vagas por município 3). A fase de *Mobilização* a equipe recebe a proposta de cursos da ofertante com critérios já estabelecidos (idade, escolaridade, local de funcionamento do curso, início e término do curso), os agentes de inclusão realizam a divulgação da abertura do curso para o público do CRAS, e os o interessado se direciona até o CRAS do bairro; 4) A *Pré-matrícula* se caracteriza pelo registro das informações dos interessados em fazer no curso no SISTEC¹⁵ e impressão da carta de encaminhamento, que será anexada a documentação exigida conforme o curso; 5) O inscrito é encaminhado até a sede da unidade ofertante para confirmar sua *Matrícula* no curso desejado, caso o candidato não compareça a ofertante, perderá a vaga; 6) Todos os participantes dos cursos participam da *Aula Inaugural* que é promovida conjuntamente pelo programa e ofertantes é um momento oportuno para esclarecer os beneficiários sobre a importância da formação profissional; 7) No período de realização do curso, a turma receberá pelo menos uma visita a cada mês de um técnico do programa para *acompanhamento*, são realizadas visitas técnicas, oficinas de construção de currículos e empreendedorismo; 8) Ao término do curso é realizado com os participantes uma *Formatura* com entrega dos certificados de conclusão dos cursos; 9) Os concludentes estão aptos a fazerem parte do banco de dados da Agência de Inclusão Produtiva e *encaminhados para as políticas de trabalho e emprego* no município, esta etapa conta com profissionais específicos para fazer a intermediação, 10) A equipe conta com um setor de *vigilância*

¹² **Projeto Gente Solidária:** Foi estruturado a Casa da Economia Solidária, espaço para realização da elaboração do diagnóstico, assessoria técnica aos empreendimentos econômicos solidários, compreendendo a realização de feiras, promoção comercial e apoio à organização dos empreendimentos para acessar as compras governamentais. Atendimento prioritário de 1000 famílias.

¹³ **Tô na Área:** Trata-se do trabalho com jovens egressos de medidas socioeducativas - MSE o objetivo é contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos adolescentes/jovens na busca por novos projetos de vida. São atendidos 22 jovens.

¹⁴ A lista de cursos que podem ser ofertados no âmbito do Pronatec está relacionada no Guia Pronatec de Cursos FIC, disponível em <http://pronatec.mec.gov.br/fic>.

¹⁵ Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) o sistema é online que possibilita a visualização dos cursos publicados para o município, como também a realização de pré-inscrições dos candidatos. O sistema também funciona como meio de banco de dados, ficando possível a realização de acompanhamento dos cursos realizados.

socioassistencial que fica responsável pela geração de relatórios, e acompanhamento de dois sistemas de informação: Sistema de Gestão de Gerência de Cursos (SIGEC) e Registro Mensal de Mobilizações (RMM). Abaixo, apresentamos um quadro com os resultados obtidos junto ao PRONATEC/BSM ao longo desse tempo no município de Sobral.

Quadro 02 – Estatística geral do PRONATEC/BSM no Município de Sobral (CE)

	2012	2013	2014*	Total
Pronatec - Total de matrículas	813	2.230	1.679	4.722
Pronatec - Total de Cursos	25	56	47	128
Pronatec - Total de Turmas	44	159	108	311
Pronatec - Egressos (Concluintes)	669	1.958	790	3.417

Fonte: Estatística fornecida pela Coordenação do Programa. *Dados obtidos até 30 de setembro de 2014.

Nas 10 (dez) etapas aqui descritas encontra-se por encaminhar os egressos dos cursos para as vagas de trabalho que surgem no mercado de trabalho de Sobral. Essa atividade iniciou-se em julho de 2013.

Em 2014 para melhor atender as expectativas do Programa ACESSUAS TRABALHO, foi criada a Agência de Inclusão Produtiva, inaugurada em maio deste, que se trata de um equipamento para incluir no mercado de trabalho (formal e informal), profissionais qualificados pelos cursos do PRONATEC/BSM. É uma estratégia para facilitar o elo entre empresas e profissionais, produzindo um banco de dados em mão de obra qualificada para as empresas. É uma Agência pública de intermediação de mão-de-obra.

Dessa forma, se estabeleceu toda uma infraestrutura para concretizar-se tal missão. Foi realizada a contratação de 09 (nove) profissionais para exercer as funções do programa, foi criado um site, para fortalecer o elo entre as empresas e a Agência, na qual é possível cadastrar os currículos de todos os concluintes dos cursos, e cadastrar as empresas parceiras. A principal articulação se estabelece com o Sistema Nacional de Empregos (SINE) do Instituto do Desenvolvimento do Trabalho (IDT). No período de junho de 2013

a setembro de 2014 foram efetuados 408 encaminhamentos, sendo efetivadas 176 pessoas.

Com a palavra os profissionais da rede socioassistencial de Sobral (CE)

Participaram desta pesquisa dez (10) profissionais que atuam em equipamentos da rede socioassistencial do município de Sobral, em especial nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Foram selecionados aqueles que estavam trabalhando na referida secretaria municipal há pelo menos 1 (um) ano e meio, incluindo diferentes áreas de formação, visto que o objetivo seria dialogar com um grupo que estivesse próximo da realidade desse contexto de trabalho.

No início realizamos uma visita a cada CRAS para explicar os objetivos da pesquisa e aplicar os questionários previamente elaborados e na oportunidade convidar os profissionais para participarem do grupo focal. Vale salientar também, que devido ao perfil escolhido pelos pesquisadores, foi difícil encontrar profissionais que atendessem a este perfil, devido à alta rotatividade destes nos referidos equipamentos.

Quanto ao questionário, este contemplou nove (9) questões abertas indagando sobre o processo de mobilização, articulação, planejamento e impactos do programa na visão de cada participante. Esse instrumento de coleta de dados teve importância no sentido de alcançar os conhecimentos prévios dos participantes. Para a análise dos dados obtidos foi utilizado o método da análise de conteúdo, cujo objetivo "(...) é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas" (CHIZZOTTI, 2001, p. 98).

Para melhor compreensão do tema foi utilizado também o Grupo Focal como técnica de coleta de dados, que se realizou por meio de interações grupais discutidos por um tópico especial sugerido pelo pesquisador.

Contudo, apresentamos as análises dos questionários e do grupo focal de forma separada para melhor compreensão das ideias resultantes de cada um.

Da análise dos questionários

Responderam os questionários 10 (dez) profissionais, a saber, 05 (cinco) pedagogos, 04 (quatro) assistentes sociais, 01(um) psicólogo, sendo 08 do sexo feminino e 02 do sexo masculino. Sobre o período de atuação dos profissionais na política de assistência social varia de 01 ano e 6 meses a 08 anos.

Para análise dos questionários optamos por organizar um quadro composto por três categorias, descrevendo as principais ideias percebidas, destacando por ordem alfabética, intercalada pelos objetivos específicos da pesquisa.

Quadro 03 – Resultados obtidos pela aplicação dos questionários:

1 - Percepção que os profissionais da rede socioassistencial tem sobre ACESSUAS TRABALHO:

A- O Programa reconhece as capacidades e potencialidades dos usuários mediando o acesso ao mercado de trabalho, promovendo a qualificação profissional, o resgate da autoestima das famílias e melhoria de vida.

2 - Articulação, mobilização, acompanhamento e planejamento das atividades do Programa.

B- Existência de lacunas referentes à socialização das informações;

C- O público que procura os cursos na sua maioria são usuários atendidos pelo CRAS, principalmente os beneficiários do PBF.

D- O público prioritário muitas vezes não consegue fazer os cursos devido à escolaridade exigida.

E- Não são incluídas pessoas com deficiência nas vagas.

F- Realização de encontros com famílias do PAIF para divulgação dos cursos.

G- Não existe um planejamento contínuo das ações entre as equipes

H- Procura dos cursos pela bolsa

I- Pouca oferta de cursos nos distritos

3 - Impacto das ações:

J- Criação da Agência de Inclusão Produtiva como equipamento de referência de encaminhamento ao mercado de trabalho.

K- Oportuniza os cidadãos a perceberem possibilidades de crescimento pessoal e profissional.

L- Somente a qualificação profissional não é suficiente para as pessoas conseguirem um emprego.

M- Usuários passam a construir projetos de vida ou trabalho autônomo.

Fonte: Resultado apontado pelos questionários aplicados aos profissionais

De acordo os itens contidos no quadro acima: A, B, C, D, F, G, K e M foram bastante aprofundados durante a realização do grupo focal, cuja análise será apresentada no sub-tópico 3.2.

Quanto aos itens E, H e I, que tratam de questões referentes à *articulação, mobilização, acompanhamento e planejamento das atividades do Programa*, os participantes afirmam, sobre o item “E”, **“não são incluídos como pessoas com deficiência nas vagas existentes”**. Percebemos que as políticas para a inserção profissional estão disponíveis para as pessoas com deficiência, mas, de acordo com o que foi descrito neste item, constata-se que existem dificuldades para o acesso deste público aos processos de qualificação.

As pessoas com deficiências têm vagas garantidas nos cursos de qualificação do PRONATEC/BSM, pois é um público prioritário. Esta possibilidade ocorreu devido à existência do Plano Viver sem Limites¹⁶ que tem como uma de suas diretrizes a ampliação da participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mediante sua capacitação e qualificação profissional. Porém, essa questão precisa ser analisada dentro dos moldes em que está sendo constituída, de modo a contemplar o olhar das famílias e das instituições ofertantes, bem como não causar prejuízos às partes envolvidas. É evidente houve avanço das leis, no entanto, não se pode negar as limitações dela para garantir sua aplicabilidade, como se pode evidenciar no trecho abaixo:

A lei, sozinha, não é suficiente para fazer as grandes revoluções dos direitos humanos. As grandes conquistas humanas não se passam apenas pela inclusão em textos legais – não estou dizendo que o texto legal não seja necessário, sou das que defendem que ele é necessário, mas precisa de um contexto, senão vira mero pretexto, inclusive desculpa para que não haja novas lutas. (ROCHA, 2012. p.36)

Sobre o item “H” em que os profissionais da assistência revelam que existe procura dos cursos

¹⁶ **Plano Viver Sem Limites:** Decreto n. 7.612, de 17 de novembro de 2011, o governo federal ressalta o compromisso do Brasil com as prerrogativas da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU.

nos CRAS, no intuito de apenas receber a bolsa estudantil¹⁷. Isso, sem dúvida, é preocupante, pois evidencia o caráter mercantil das relações. Os cursos do PRONATEC/BSM trazem expectativa da aquisição de habilidades e conhecimentos para o egresso no mercado de trabalho, mas se por algum motivo, isto não é a principal razão na hora de preencher uma vaga nos cursos, o programa necessita rever suas metodologias, assim refletem os profissionais.

O item “I”, que trata da pouca oferta nos distritos, é também outra questão a ser pensada pelo Programa, que precisa urgentemente adotar novas estratégias e implementar ações para serem realizadas em cada um dos distritos de Sobral (CE), superando a dicotomia que se evidencia entre o urbano e o rural, prevalecendo a urbana sobre a rural.

Os itens J e L versam sobre os Impactos das ações do Programa. Para os sujeitos participantes da pesquisa o item “J”, que retrata a importância da Criação da Agência de Inclusão Produtiva, para os profissionais a aquisição deste equipamento físico, tanto para estruturação de um banco de dados das demandas por trabalho e formação profissional, como para referenciar encaminhamento dos concludentes dos cursos ao mercado de trabalho, sendo considerado um ponto favorável para a visibilidade do Programa no município.

O item “L” revela na opinião dos participantes, que a qualificação profissional não é suficiente para as pessoas conseguirem um emprego. Entendemos que esta questão é primordial para compreensão da confirmação dos reais impactos causados pelos programas vigentes que tratam do acesso ao emprego, sendo até uma sugestão para o aprofundamento de uma nova pesquisa.

Vilvert (2013) indagou em seu estudo sobre o processo de inclusão produtiva aos beneficiários

da assistência social que, para ela, de acordo com a atual situação brasileira, considera-se pouco provável que até o final do ano de 2014 seja disponibilizado um milhão de vagas de emprego, o que acarretará em um grande contingente de pessoas formadas pelos cursos que não conseguirão se inserir no mercado de trabalho formal, ficando, portanto, desempregados, o que reforça a lógica de rebaixamento de salários, ou, a mercê de trabalhos informais, sem acessar direitos previdenciários. E ainda adverte:

Mesmo quando os beneficiários da assistência social apresentando qualificação profissional o mercado não absorve sua mão de obra, pois o perfil exigido para preenchimento das ofertas de empregos das empresas está cada vez mais exigente. Há ainda um agravante, muitos dos concludentes dos Cursos do PRONATEC/BSM para quem esse programa é direcionado, alguns casos, não concluíram o ensino médio e não possui experiência profissional, isso, em comparação ao jovem de classe média e alta, é altamente desfavorável na hora de conseguir um emprego. (VILVERT, 2013.p 73)

Para os profissionais é possível afirmar que hoje está se constituindo uma política que procura “organizar” a transição a formação para o mundo do trabalho, porém concordam que ainda há problemas de cobertura, assim como dilemas quanto ao momento de encaminhar os jovens e outros participantes para o mercado de trabalho ou quanto a que habilidades profissionais devem ser desenvolvidas. Também é possível vislumbrar uma política que procura integrar sequencialmente o incentivo à conclusão do ensino médio – oferecendo auxílio financeiro às famílias de baixa renda – com programas de aprendizagem profissional que combinam formação técnica e experiência de trabalho. Na visão dos participantes da pesquisa, esta questão não afeta somente ao público da assistência, mas aos demais brasileiros.

Para os profissionais, o acesso ao “mundo do trabalho” não é de responsabilidade exclusiva da política de assistência social, mas se faz necessária articulação das políticas públicas para resolver a intermediação das pessoas qualificadas as políticas de emprego e renda. Entendemos que o alcance dessa intencionalidade requer, todavia, mudanças no Sistema Educacional brasileiro,

¹⁷ **Bolsa estudantil:** Valor dado aos participantes dos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Para cada hora aula o aluno recebe R\$ 2,00. Assim, se um curso for de 160h/a ele vai receber R\$ 320,00 que serão repassados aos alunos por conta corrente por cartão magnético, de forma quinzenal. A assistência estudantil é garantida no âmbito do PRONATEC/BSM e deve ser oferecida diretamente pelo ofertante para auxílio de alimentação e transporte, podendo ser concedida de forma pecuniária (em dinheiro). Além da assistência estudantil, é obrigação das Instituições Ofertantes oferecer gratuitamente aos beneficiários todo insumo necessário para participação nos cursos, incluindo materiais didáticos, cadernos e canetas.

bem como das políticas públicas de formação para o trabalho, com melhoria do ensino e da oferta de bens e serviços públicos de qualidade, bem como a continuidade e sustentabilidade dos programas sociais.

Da análise do Grupo Focal

As duas sessões do grupo focal foram realizadas durante o mês de setembro de 2014, na sede da Agência de Inclusão Produtiva do Município de Sobral-Ce, cada uma com a duração de duas horas, contando com a participação de 7 (sete) profissionais da rede socioassistencial e dos dois pesquisadores, que assumiram o papel de moderador e de observador do grupo. Dividimos as sessões dos grupos em duas temáticas, que serão apresentadas, em seguida: 1^a) impactos do programa no território de atuação dos participantes; 2^a) Articulação, mobilização, acompanhamento e planejamento das atividades do Programa. E para encerrar a segunda sessão: as lacunas referentes à socialização e planejamento das ações entre as equipes.

A Sala foi organizada em círculo, com 10 (dez) cadeiras dispostas, sendo identificadas com a numeração de 1 a 9. Dos dez participantes que responderam os questionários, somente 7 (sete) compareceram às sessões do grupo focal. Assim, identificaremos a fala dos participantes na pesquisa através da numeração de 1 a 7. As cadeiras 8 e 9 foram ocupadas pelo moderador e observador respectivamente.

De início o moderador agradeceu a presença de todos, explicou os objetivos do encontro, a metodologia a ser adotada, com duração de 2h, e fez a apresentação do observador. Foi solicitada ao grupo a autorização da gravação do áudio da conversa.

A discussão foi mantida com foco nos objetivos da pesquisa. Para tanto, os pesquisadores fizeram uso de algumas questões norteadoras durante o diálogo com o grupo. A proposta do grupo focal trabalhou na perspectiva do diálogo coletivo, no aprofundamento das ênfases percebidas nos questionários. Para conhecer e refletir sobre o trabalho desses profissionais, que na sua prática elaboram conhecimento e alternativas de ação, pareceu ser bastante adequado à ideia de conhecê-los e ouvi-los, em interação com

seus colegas, que desenvolvem trabalhos em contextos semelhantes.

A primeira sessão realizada pelo grupo objetivava o aprofundamento dos participantes sobre **os impactos do programa no território de atuação dos participantes** (grifo nosso) e teve como questão norteadora: *Como as ações vinculadas ao ACESSUAS TRABALHO favorecem a autonomia e autoestima das famílias atendidas, e quais exemplos poderemos apresentar que destacam seu impacto?*

Para o participante 2, *“o curso que realmente na prática gera renda é o curso de cabelereiro [...] e o outro é o de doces e salgados, para as mulheres. [...] para a classe masculina é o pedreiro, o revestimento cerâmico e eletricista”*, *“vai variando de acordo com seu território, por exemplo, nos terrenos novos o maior é Costura”*, disse o participante 1, já para o participante 5 *“o de manicure também, porque na hora que sai do curso tem trabalho, tem como eles fazerem a pratica”*.

Durante a conversa todos os participantes faziam gestos que sinalizavam a concordância com o que estava sendo dito. A participante 5 enfatiza *“alguns que já até trabalham na área e estão se especializando, adquirindo mais habilidades”*. Os participantes dão ênfases aos cursos que preparam as pessoas para a área de serviços em detrimento dos ligados a outras áreas, como os da indústria.

Aconteceram muitas interações, mas colocamos em destaque um outro trecho da fala de um da participante 5:

Porque eles vão conseguir uma renda, o melhoramento da qualidade de vida. Que a partir do momento que você começa a gerar renda, a ter a condições de se sustentar a sua vida muda totalmente. Uma pessoa desempregada a autoestima dela é baixa, porque ai vem à tristeza, vêm à fome, as suas necessidades básicas, que a pessoa não tem como suprir. A partir do momento que você começa a ter uma renda vão ser supridas todas aquelas necessidades, você começa a projetar, a ter lazer, que a gente sabe que estas famílias não têm, a partir do momento que você tem um orçamento dentro da sua casa, você pode ter tudo isso, você pode chegar pro filho e dizer olha hoje eu não tenho, mais no próximo mês posso comprar aquela roupa que você queria, um computador por exemplo. Então,

estas expectativas é que fazem as famílias criar uma autoestima, ter conhecimento, ter fortalecimento de vínculos, porque une mais a família, porque a gente sabe que as necessidades básicas que eles passam, fazem com que a família também passe por conflitos. (Participante 5)

Neste fragmento percebemos que na visão da participante a família tem a perspectiva de voltar a planejar sua vida. Outros apontamentos foram destacados como “é trazer dignidade às famílias [...] que ela hoje, por exemplo, tem através deste programa” (participante 1); “eu acredito que o programa vem para incentivar as pessoas a voltarem a estudar” (participante 2); “porque cria autonomia para eles” (participante 3); “a chance de conseguir um emprego com os cursos no currículo é muito maior” (participante 4); “acho que um dos maiores benefícios é a expectativa, porque no momento que as famílias se inscrevem em um curso, elas podem sonhar e podem correr atrás, para enfrentarem a vida” (participante 6).

Na visão dos profissionais do município o Programa tem contribuído para a melhoria de vida dos usuários. Estas situações apresentadas pelos participantes se aproximam do impacto esperado pelo Programa, pois o encaminhamento para cursos de capacitação e melhoria de empregabilidade são as aquisições dos usuários mais prováveis de serem alcançadas, conforme os objetivos do programa. Outras aquisições, por parte dos usuários, deverão ser alcançadas de acordo com os objetivos estabelecidos pelo ACESSUAS TRABALHO, conforme indicado:

Emancipação; Reconhecimento do trabalho como direito; Reconhecimento de suas capacidades e potencialidades; Resgate da autoestima, autonomia e resiliência; Melhoria na qualidade de vida, através do desenvolvimento pessoal, das relações interpessoais, da inclusão social, da autodeterminação e do acesso a direitos; (BRASIL, 2013 p.28).

Conforme informações na cartilha de orientações, os cursos são um incentivo para que estes voltem a estudar, elevando seu grau de qualificação profissional para se inserirem no mercado de trabalho, o que também foi identificado pelos participantes.

Ainda sobre os impactos das ações foi questionado com o grupo se a proposta de em-

preendedorismo é uma alternativa para a inclusão das famílias ao mundo do trabalho. Todos os participantes disseram que sim, porém apresentaram alguns questionamentos. Vejamos:

Eu acho que muitas vezes as famílias não são atraídas por estes empreendimentos porque demandam todo um processo, né. Eu não sou contra, pelo contrario, eu sou a favor, de todos estes empreendimentos solidários e tudo, mas é uma necessidade real, imediato, retorno prático, é aquilo assim, tipo estou precisando pagar a minha conta de luz, e aí eu tenho que ter a garantia que vou ter aquele dinheiro no mês, eu acho que é um caminho sim, mas assim, as pessoas têm que compreender como é que acontece esse processo. (Participante 1)

Estas famílias, com as quais a gente trabalha, são vulneráveis em vários sentidos, eu acredito assim que a principal vulnerabilidade que a gente enfrenta é a questão do conhecimento. [...] o que falta é a divulgação desses programas, de que forma esta família foi entrar neste programa e de que forma este programa vai trazer impacto real para sua vida. (Participante 6)

Dois participantes ressaltaram que talvez o que faltasse às famílias era perceber os reais benefícios que irão ganhar com sua adesão às iniciativas de empreendedorismo.

Para as ações de inclusão e empreendedorismo, a economia solidária é apresentada como caminho para gerar renda às famílias de baixa renda, público da assistência social. Entendemos que a proposta do trabalhador autônomo é valorizada, pelo programa e para alguns defensores dela, numa dupla perspectiva: pela autonomia e pelo fim da relação de subordinação do trabalho assalariado, além de ser uma alternativa em tempos de desemprego crescente, conforme esclarece Lima:

Essa perspectiva se espalha mesmo nas propostas coletivistas por excelência que são as cooperativas e empresas autogestionárias. Nestas, o caráter empreendedor, agora a serviço do coletivo, explicaria o sucesso de empreendimentos nos quais os trabalhadores autogeririam efetivamente suas atividades, retomando a ideia de “projeto” emancipatório, não só na criação de uma alternativa ao desemprego e da precarização das relações de

trabalho, mas também, de uma “outra” economia, na qual o trabalho seria precedência sobre o capital. (LIMA, 2010, p. 159)

Conforme pudemos observar durante o debate, os participantes do grupo se posicionavam favoravelmente a questão do empreendedorismo, porém destacam que esta, só faz sentido, quando constitui um desejo, quando traz sentidos de mudar a vida das pessoas. Percebemos, também, que os profissionais acreditam que as formas alternativas de trabalho ganham relevância devido às dificuldades das pessoas com baixa escolaridade e pouca qualificação em conquistarem um bom emprego.

Isso nos remete ao discurso da empregabilidade, que, quando aliado ao conceito de competência ganha novo sentido na nova Política de Qualificação Profissional, sobretudo no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso:

O emprego dos anos 90 tem um novo conceito: a empregabilidade, conjunto de conhecimentos, habilidades, comportamentos e relações que tornam o profissional necessário não apenas para uma, mas para toda e qualquer organização. Hoje mais importante do que apenas obter um emprego é tornar-se empregável, manter-se competitivo em um mercado em mutação. Preparar-se, inclusive para várias carreiras e diferentes trabalhos – às vezes, até simultâneos. (MTE/SEFOR, 1995, p. 12).

De acordo com essa perspectiva, o problema do emprego/desemprego foi, assim, formulado essencialmente, não como uma das expressões da questão social¹⁸ (CASTEL, 1998), mas como

¹⁸ Castel caracteriza a questão social por “uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. A ameaça de ruptura é apresentada por grupos cuja existência abala a coesão do conjunto” (Castel, 1998, p. 41). Explicitando a composição de tais grupos, o autor esclarece que as populações que dependessem de intervenções sociais seria basicamente pelo fato de serem ou não capazes de trabalhar, sendo tratados de forma distinta em função deste critério. A análise parte da identificação no longo prazo de uma correlação profunda entre o lugar ocupado pelo indivíduo na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção. São construídas três zonas a) “zona de integração, correspondente coesão social com trabalho estável e a inserção relacional sólida; b) “zona de exclusão” (desfiliação), correspondente a uma ausência de participação em qualquer atividade produtiva e isolamento relacional; c) “zona intermediária”, correspondente a uma vulnerabilidade social, que conjuga trabalho precário e fragilidade dos suportes de proximidade. Mesmo compreendendo que as metamorfoses pelas quais a questão social passa são fruto

uma questão de natureza *individual*, cabendo ao trabalhador individualmente, através da *requalificação profissional*, adequar-se às exigências do *mercado* e, com isso, tornar-se “empregável”. Ao Estado caberia, nessa equação, tão somente oferecer oportunidades a cada um, através, sobretudo, de programas de educação profissional.

Ora, essa noção foi gestada justamente em um contexto no qual a questão do desemprego ganhava uma dimensão ímpar de drama social. Negado como expressão da *questão social*, perde significado *público* e contribui para a *desresponsabilização* do Estado e da sociedade para com ela e para o esvaziamento do *trabalho*, da *educação* e da *qualificação* como direitos.

Nas palavras de Gentili (1999, p.88-89),

[...] a tese da empregabilidade recupera a concepção individualista da teoria do capital humano, só que acaba com o nexos que aquela estabelecia entre o desenvolvimento do capital humano individual e o capital humano social: as possibilidades de inserção de um indivíduo no mercado dependem (potencialmente) da posse de um conjunto de saberes, competências e credenciais que o habilitam para a competição pelos empregos disponíveis (a educação é, de fato, um investimento em capital humano individual); só que o desenvolvimento econômico da sociedade não depende hoje de uma maior e melhor integração de todos à vida produtiva (a educação não é, em tal sentido, um investimento em capital humano social) [...] ‘Empregabilidade’ não significa, então, para o discurso dominante, garantia de integração, senão melhores condições de competição para sobreviver na luta pelos poucos empregos disponíveis, alguns sobreviverão, outros não [...] Nesse sentido, o discurso da empregabilidade tem significado uma desvalorização do princípio (teoricamente) universal do direito ao trabalho e, de forma associada, uma revalorização da lógica da competitiva inter-individual na disputa pelo sucesso num mercado estruturalmente excludente.

Na segunda sessão do Grupo Focal discutimos questões relativas à **Articulação**,

das transformações históricas. Castel chama atenção para o fato de que os membros das “zonas” ocupam posições homóloga na estrutura social ao longo do tempo. Os processos que produzem essas situações são comparáveis, ou seja homólogos na dinâmica diferindo nas manifestações, sendo que a história não é linear.

mobilização, acompanhamento e planejamento das atividades do Programa (grifo nosso), tendo como principal questão debatida o entrave causado pelo critério de escolaridade para realização dos cursos, quando na fase de mobilização dos usuários, o que vem tirando a oportunidade de muitas famílias que são atendidas pelos equipamentos de participarem das ações. Vejamos o que os participantes relataram.

Os CRAS já debateram muito esta questão, isso é histórico, isso é cultural a gente tá no tempo onde as oportunidades de estudo estão aí, elas estão mais presentes, elas existem: EJA, Brasil Alfabetizado, enfim, existe todo um aparato hoje governamental no sentido da educação formal [...] as pessoas não querem estudar por 'enes' motivos [...] Eu acredito as unidades estão preparadas para acolher, mas se essas pessoas não têm essa escolaridade necessária o que vai acontecer é que a gente vai continuar tendo as pessoas que a gente mais queria alcançar sem fazer os cursos. [...] a gente não consegue alcançar as que precisam sair da zona de pobreza, a gente tem que estabelecer algum tipo de ação para que estas famílias tenham acesso realmente. (Participante 1)

O programa, ele determina até a questão da escolaridade e algumas mulheres, os pais dos adolescentes não têm esta oportunidade, querem fazer e não conseguem, porque é um dos critérios. A gente acompanha uma comunidade lá no Padre Palhano, chamado Recanto da Paz, quando a gente divulga os cursos, é um impasse muito grande, eles não sabem nem escrever o nome deles. [...] muitos deles não querem voltar a estudar a noite (Participante 2).

Esta situação de escolaridade dessas pessoas é um assunto que hoje se tornou um entrave não só para nós da Política de Assistência Social, ontem nós estávamos em uma reunião com o pessoal do trabalho e o assunto também caiu nisso [...] não se conversa sobre isso [...] o programa cresceu e abarcou muitas coisas e não tem diálogos, é uma coisa que parece ser pra longo prazo. (Participante 7)

Conforme as falas, em destaque, podemos perceber que a escolaridade dos usuários da política de assistência social é um desafio para o programa. Percebe-se a preocupação dos participantes com aqueles que não apresentam

nenhuma escolaridade, fazendo com que a condição dos usuários na divisão social e econômica continue a mesma. Daí, refletimos: Como estas famílias poderão ser incluídas no mercado de trabalho, se a escolaridade é condição indispensável para tal? Que tipo de inclusão propõe as políticas de qualificação profissional?

Para o MDS, os cursos oferecidos através do PRONATEC/BSM são adequados às pessoas com baixa escolaridade, facilitando assim, a participação daqueles\daquelas que estão há muito tempo sem estudar, ocasionando certa expectativa de 'melhoria de vida'. Porém os profissionais em questão apontam para outra realidade.

Ainda na ênfase da escolaridade do público prioritário do Programa, foi questionado com o grupo quais os caminhos que podem ser apontados para elevar a escolaridade dos participantes. Vejamos as sugestões:

Eu acredito que um dos caminhos é ofertar para eles cursos básicos, cursos que eles possam aproveitar o que eles já sabem, por exemplo, de eletricitista, que é muito comum, ele já tem a pratica, está entendendo. (Participante 1)

Tem um exemplo bem interessante que é a questão do Programa Projovem Urbano, a metodologia é belíssima [...] é pegar aquelas pessoas egressas que já deixaram de estudar a muito tempo que tenham 18 a 29 anos de idade e juntamente com eles na inserção dele na sala de aula, agregam um curso de informática e mais uma qualificação profissional. (Participante 5)

Eu acho que está precisando é mudar essa roupagem que hoje é o EJA, da formatação da sala de aula, mudar os atrativos. [...] Agente tem o Jovem Aprendiz que poderia deixar de ser jovem aprendiz, porque o próprio SENAI faz isso, eles fazem o curso pela manhã, eles trabalham na Grendene a tarde e eles fazem o nível médio a noite e recém um valor, um benefício por isso. É pensar isso não só para a juventude, mas tentar fazer isso para as pessoas adultas. (Participante 7)

O que foi reafirmado no discurso dos profissionais participantes é que quando se trata do cidadão que se encontra em situação de vulnerabilidade ou risco social, o mesmo acaba ficando desassistido por outras políticas, ficando a assistência social isolada das demais políticas sociais.

Desse modo, enfatizamos que embora as ações sejam realizadas de acordo com orientações técnicas do programa, as ações poderiam estabelecer uma maior intersectorialidade. Visto que nas análises ficaram evidentes a ausência da articulação da rede socioassistencial, em relação à oferta de educação para adultos.

Essa questão da escolaridade como pressuposto ao acesso à qualificação profissional, também foi abordada por Saviani (2004) o mesmo enfatiza essa problemática da educação frente as novas tendências do capitalismo. Conforme o autor, a educação passa a ser entendida como algo decisivo para o desenvolvimento econômico e que a mesma potencializa o trabalho, isto é, a educação é de suma importância para a fase funcional do sistema capitalista e sobrepõe-se como fonte qualificadora da mão de obra.

A reflexão supracitada é bastante coerente quando se consideram os estudos de Oliveira (2004), ao afirmar que para acessar e garantir direitos sociais é indispensável à articulação entre as políticas sociais públicas. Isso pressupõe um conjunto de programas e projetos que tenham abrangências múltiplas, que visem à superação da fragmentação e a unilateralidade da atenção pública às demandas sociais da população. Nesse sentido, a intersectorialidade supõe:

A implementação de programas e serviços integrados e a superação da fragmentação da atenção pública às necessidades sociais da população. Envolve a agregação de diferentes políticas sociais em torno de objetivos comuns e deve ser princípio orientador da construção das redes municipais (OLIVEIRA *et al.*, 2011, p. 39).

Com o objetivo de finalizar as duas sessões do grupo focal, discutimos sobre as **lacunas referentes à socialização e planejamento das ações entre as equipes** (grifo nosso). A discussão partiu da seguinte questão: Como melhorar a relação entre as equipes do CRAS e com Programa ACESSUAS TRABALHO?

Para o participante 5 “*uma sugestão é que o técnico esteja toda quarta-feira na roda técnica*”¹⁹,

¹⁹ **Roda Técnica:** Acontece toda quarta-feira nos CRAS, foi uma necessidade dos técnicos que trabalham nos CRAS terem de realizar o planejamento de forma coletivo, bem como realizar avaliação das ações realizadas.

porque aí ele vai passar essas informações.” Já para o participante 1 sugere que “*o agente de inclusão é a ponte entre as equipes [...] eles podem participar mais dos encontros das famílias do PAIF*”²⁰ ...

Nestes dois depoimentos percebemos que os profissionais desejam uma melhor interação e planejamento da equipe técnica do programa aos profissionais dos equipamentos da secretaria.

Assim, entendemos que o processo de planejamento proporciona a participação e a aprendizagem de todos os envolvidos e promove mudanças por um projeto coletivo mediante a tomada conjunta de decisão.

Da análise cumulativa e comparativa do conjunto de grupos realizados e dos questionários

A percepção que os profissionais da rede socioassistencial tem das atividades que vem sendo realizados pelo Programa ACESSUAS TRABALHO é positivo, pois na visão dos profissionais, o Programa direciona suas ações voltadas ao público prioritário da assistência, reconhecendo as capacidades e potencialidades dos usuários mediando o acesso ao mercado de trabalho.

Os impactos causados pelo programa refletem, sobretudo, no quantitativo expresso de uma parcela da população qualificada, sendo a inclusão dos concluintes dos cursos no mundo do trabalho a maior preocupação dos profissionais. É bem verdade que os números ainda estão aquém de uma proposta que pretende qualificar e incluir uma população que está excluída do mundo do trabalho, especialmente por não responder aos critérios exigidos pelo mercado. Dentro dos moldes e dos limites do programa, além de promover a qualificação profissional, contribuiu para o resgate da autoestima das famílias e melhoria de vida.

Na visão dos profissionais os impactos das ações do Programa passam a ganhar

²⁰ **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF):** Principal Serviço da Proteção Social Básica, ofertado dentro do CRAS, é um trabalho de caráter continuado que visa a fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, suas principais ações: Acolhida; Oficina com Famílias; Ação Comunitária; Ação Particularizada e Encaminhamentos.

visibilidade após criação da Agência de Inclusão Produtiva como equipamento de referência para o encaminhamento das famílias qualificadas ao mercado de trabalho. É uma experiência nova, mas que já alcança resultados pontuais na sua efetivação. Contudo, foi percebido pelas falas dos participantes que o alinhamento entre formação e intermediação ainda é um desafio para o programa.

Entendemos que a intermediação dos usuários da assistência social a ser praticada no município pode caminhar por duas vertentes: a primeira é destinada à ocupação de vagas no mercado de trabalho mediante articulação junto ao setor produtivo; a segunda contempla a inclusão produtiva dos egressos a partir de articulações com iniciativas que fomentem o cooperativismo e o empreendedorismo, sendo que esta última deverá ser mais intensificada, visto que os participantes alegam um distanciamento das famílias com as iniciativas de empreendedorismo já praticadas pela referida secretaria.

O processo de articulação, mobilização, acompanhamento das atividades do Programa para os participantes vêm se efetivando como satisfatória, pois foi destacado que os profissionais vêm conseguindo mobilizar o público prioritário para qualificação profissional. No entanto, para os participantes existe dificuldade de incluir algumas famílias devido à baixa escolaridade, a falta de oferta de cursos nos distritos, a ausência de pessoas com deficiência realizando os cursos ou deles participando, o planejamento das atividades entre as equipes são aspectos desfavoráveis ao Programa.

Ao final, os profissionais sugeriram que a assistência social possa construir caminhos da inclusão produtiva, devendo para isso estabelecer uma relação igualitária com as demais políticas, especialmente a do trabalho. Em nenhum momento do grupo focal foi mencionado o estabelecimento de parceria com a política de trabalho local. Entendem que, dessa forma, se abra caminhos para encontrar soluções e alternativas para que os usuários estejam incluídos como pertencentes à classe dos trabalhadores. Certamente, este é um desafio que não será adequadamente superado por um único programa por maior que possa ser a sua importância. Os esforços no sentido de integrar as várias ações e programas em uma coesa política de promoção

social mediante inclusão produtiva estão apenas no seu início e é fundamental que sejam fortalecidas, assinalam os profissionais.

Considerações Finais

Uma análise do conteúdo dos Programas voltados para qualificação e inserção profissional, pela ótica dos profissionais da rede socioassistencial em Sobral-CE, bem como das experiências em desenvolvimento, permite tecer alguns comentários de natureza ainda especulativa.

Em primeiro lugar, a qualificação profissional é afirmada na perspectiva do *direito social*. Devendo, nesses termos, ser objeto de uma política nacionalmente articulada, controlada socialmente, sustentada publicamente e orientada para o desenvolvimento sustentável, para a inclusão social e para a consolidação da cidadania. Sob tal perspectiva, mais do que uma ação formativa de conteúdo técnico, visando tão somente uma inclusão produtiva, a qualificação deve orientar-se para a busca de uma inclusão cidadã, conforme previsto na análise de alguns estudiosos. Trata-se, portanto, de uma qualificação social e profissional.

Enquanto política pública, a qualificação deve ser um fator integrante e integrador do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, e deve estar plenamente articulada às Políticas Públicas de Educação e de Desenvolvimento. Na condição de política pública que envolve uma dimensão educativa, exige todo um investimento na qualidade pedagógica dos programas oferecidos no conjunto da rede. Requer, ainda, todo o rigor no uso e gestão dos recursos públicos e a implantação de um sistema, nacionalmente e localmente, articulado de planejamento, monitoramento e avaliação.

Quanto ao caráter das novas orientações da política de qualificação social e profissional e do contexto ao qual se reporta, é possível depreender-se alguns dos mais importantes desafios que encerram: a) consolidar-se como uma política que, indo além do ACESSUAS TRABALHO, articule ações não só de caráter formativo, mas envolva a certificação e a orientação profissionais, ainda que se encontre em um estágio inicial de formulação, e incorpore a qualificação como objeto de concertação social; b) ser capaz, no que lhe compete, de articular-se, tanto com a política

pública de Educação, quanto com a política pública de Assistência Social e de Desenvolvimento Econômico; c) ser capaz de favorecer a consolidação do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda; d) garantir o acesso universal aos programas de qualificação, sem perder a ênfase nos públicos prioritários.

Das ações que emergiram em decorrência da implementação do ACESSUAS TRABALHO na realidade sobralense, pode-se destacar os programas de formação e qualificação profissional que, pretendendo criar alternativas de qualificação e inserção no mercado de trabalho, voltam-se especialmente para a população mais pobre. Esses programas têm pretendido o desenvolvimento de metodologias de gestão e capacitação para essas pessoas, sustentados na idéia de mobilização e fortalecimento de novos sujeitos sociais, projetando o desenho de uma nova institucionalidade no campo do trabalho e da educação profissional. A implementação da Agência do ACESSUAS TRABALHO na realidade sobralense, passa a se um marco de referência na política de inclusão produtiva.

Entendemos que esses programas de formação e qualificação profissional podem ser considerados exemplos de focalização no que concerne às políticas públicas para o trabalho no Brasil. Sem inverter o movimento de desestruturação do mercado de trabalho, aumento do desemprego, do desassalariamento e da precarização das ocupações junto com a flexibilização dos contratos de trabalho, a criação de subsídios para os desempregados ou créditos para segmentos mais fragilizados assim como os programas de qualificação profissional aparecem como alternativas de enfrentamento da crise do emprego. Ao incidir as ações públicas nesse segmento chega-se, entretanto, apenas a atingir o nível microeconômico, tendendo a concentrar as ações apenas sobre a oferta e demanda de trabalho, atualizando a crença de que o próprio funcionamento do mercado de trabalho é capaz por si só de gerar vagas.

Na direção desse pensamento, podemos afirmar que, nesse novo regime de acumulação flexível seu aparato técnico organizacional vale-se de ideologia que tanto influencia quanto determina as novas qualificações. É por isso que as exigências de novas qualificações estão vinculadas à nova base técnica e organizacional

do capitalismo nessa nova fase. Assim, a crítica sobre esse conceito de empregabilidade é compartilhada porque, se de um lado ele traduz a exigência das novas qualificações para o mundo do trabalho, de outro tende a ocultar a lógica interna da dinâmica de exclusão da reestruturação produtiva, frustrando qualquer promessa de inserção. É, pois, esta lógica contraditória do regime, com suas implicações objetivas e subjetivas no que se refere à qualificação da força de trabalho, que dá o conteúdo à qualificação e às próprias políticas de qualificação profissional na realidade brasileira.

Referências

AFFONSO, Claudia. **A CUT conselheira**: Tripartismo e formação profissional – concepções e práticas sindicais nos anos 90. Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza**. *Estud. av.* [online]. 1995, vol.9, n.24, pp. 75-116. ISSN 0103-4014.

ALBUQUERQUE Manoela Carvalho de **O Sistema Único de Assistência Social e a Inclusão Produtiva** Porto Alegre. 2009.

ARAÚJO, Patrício de A. & LIMA, Roberto A. Formação profissional no Brasil: revisão crítica, estágio atual e perspectivas. In: **Estudos Avançados** 28 (81), 2014.

ARAÚJO, Ronaldo. Competência. In: FIDALDO, Fernando & MACHADO, Lucília (Ed.), **Dicionário da Educação Profissional**. Belo Horizonte, Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação/UFMG, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações técnicas do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS TRABALHO**. MDS 2013.

CASTEL, Robert (1998). **As metamorfoses da questão social**: Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes.

CASTIONI, Remi (2002). **Da qualificação à competência**: dos fundamentos aos usos – o Planfor como dissimulador de novos ‘conceitos’ em educação. Tese (Doutorado em Educação), Unicamp/FE, Campinas.

COLOMBO Irineu. **Brasil Profissionalizado**: Um programa que sistematiza na prática a educação profissional e tecnológica. Brasília. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigosbrasilprofissionalizado.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2014.

CHIZZOTTI, Antonio. **A Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**, 5ª Ed. SP: Cortez, 2001.

GENTILI, Pablo (1999). O conceito de “empregabilidade”. In: LODI, Lucia Helena (Org.). **Avaliação do PLANFOR**: Uma política pública de educação profissional em debate. São Paulo: Unitrabalho (Cadernos Unitrabalho 2).

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia** (Ribeirão Preto)[online]. 2002, vol.12, n.24, pp. 149-161. ISSN 0103-863X.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**: Cadernos de Psicologia e Educação, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2003.

LIMA, Jacob Carlos. **Participação, empreendedorismo e autogestão**: uma nova cultura do trabalho? Sociologias, Porto Alegre, 2010, p. 158-198.

MARTINS Eliane de Moura e VICCARI Eunice Maria. **As políticas de assistência social e do trabalho**: uma aproximação necessária no combate à miséria extrema no Brasil – uma experiência no Rio Grande do Sul.

MTE/SEFOR. **Educação Profissional**: Um projeto para o desenvolvimento sustentado. Brasília: Ministério do Trabalho, 1995.

MTE/SPPE/DEQP. Educação profissional no Brasil: Construindo uma nova institucionalidade. In: **Plano nacional de qualificação do trabalhador: Guia do Planfor 2001**. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, 2001.

_____. **Plano Nacional de Qualificação (PNQ), 2003-2007**. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, 2003.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. Campinas: Boitempo, 2001.

OLIVEIRA, M. Acessando direitos sociais: redes municipais de políticas sociais - espaço de articulação entre as políticas sociais públicas. In: **Textos & Contextos**, v. 3, n. 1, Porto Alegre, 2004.

ROCHA, Carmem Lúcia. A Proteção das Minorias no Direito Brasileiro. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/revista/seriecadernos/vol24/artigo03.pdf>>. Acesso em 13 out. 2014.

SAVIANI, Demerval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C. et al (org). **Novas tecnologias, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

SANTOS, Andreia Rodrigues dos. **A teoria do Programa e seus múltiplos usos**: Construindo referências para a Avaliação de Desempenho do PRONATEC. Brasília, 2013.

SOUZA, Fátima Valéria Ferreira de. **O Social em Questão**: assistência social e inclusão produtiva: algumas indagações. Ano XVII – nº 30. 2013, p. 287-298.

VILVERT, Juliane da Costa Melo. **PRONATEC/BSM: Reflexões Sobre a Relação Trabalho e Assistência Social**. FLORIANÓPOLIS, 2013.